



UNILAB

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL
DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS DOS MALÊS
BACHARELADO EM HUMANIDADES**

ANA CAROLINE DA SILVA SILVESTRE

**SEXUALIDADE NA INFÂNCIA: VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DOCENTES
EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

ANA CAROLINE DA SILVA SILVESTRE

**SEXUALIDADE NA INFÂNCIA: VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DOCENTES
EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de Conclusão de Curso – Modalidade Projeto de Pesquisa – apresentado ao Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), como requisito parcial para obtenção de título de Bacharel em Humanidades.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cristina Teodoro.

SÃO FRANCISCO DO CONDE

2023

ANA CAROLINE DA SILVA SILVESTRE

**SEXUALIDADE NA INFÂNCIA: VIVÊNCIAS E PERCEPÇÕES DOCENTES
EM CONTEXTOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Curso de Graduação em Humanidades do Instituto de Humanidades e Letras dos Malês, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Humanidades.

Aprovado em 03 de Julho de 2023.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Cristina Teodoro (Orientadora)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a Dr.^a Caterina Alessandra Rea

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira

Prof.^a M.^a Izzie Madalena Santos Amancio

Mestra em Educação e doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Paraná

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	PROBLEMA DA PESQUISA	8
3	JUSTIFICATIVA	9
4	OBJETIVOS	10
4.1	OBJETIVO GERAL	10
4.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
5	REFERENCIAL TEÓRICO	11
5.1	SEXUALIDADE INFANTIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITOS: DE FREUD A FOUCAULT	11
5.2	EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL	14
5.3	A EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL NOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL	16
6	METODOLOGIA	21
7	CRONOGRAMA	24
	REFERÊNCIAS	25

1 INTRODUÇÃO

A Educação Básica no sistema educacional brasileiro é dividida em três etapas, sendo elas a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio. Barbosa (2009) indica que, sendo a primeira etapa da Educação Básica, a educação infantil contém duas características importantes na sua trajetória. Primeiro, a necessidade que existe de articular a educação e o cuidado das crianças pequenas com diferentes setores como cultura, saúde, justiça e assistência social, o que exige políticas públicas integradas com propostas que reflitam essa integração nas concepções, nas práticas e no atendimento. E, segundo, a multiplicidade de configurações institucionais que oferecem alternativas educacionais adequadas às demandas das crianças e das suas famílias.

Ainda, segundo a autora, entende-se que o objetivo da educação infantil, do ponto de vista do conhecimento e da aprendizagem, é o de favorecer experiências que permitam às crianças a apropriação e a imersão em sua sociedade, através das práticas sociais de sua cultura, das linguagens que essa cultura produz, e produziu, para construir, expressar e comunicar significados e sentidos. Além disso, reitera que a função da educação infantil nas sociedades contemporâneas é a de possibilitar a vivência em comunidade, aprendendo a respeitar, a acolher e a celebrar a diversidade dos demais, a sair da percepção exclusiva do seu universo pessoal, assim como a ver o mundo a partir do olhar do outro e da compreensão de outros mundos sociais. Isso implica em uma profunda aprendizagem da cultura através de ações, experiências e práticas de convívio social que tenham solidez, constância e compromisso, possibilitando à criança, internalizar as formas cognitivas de pensar, agir e operar o que sua comunidade construiu ao longo da história.

Andrea Moruzzi (2019) afirma que a educação infantil atualmente é um dos espaços conquistados e de direito da criança. A autora apresenta uma discussão em que um dos grandes debates que mobilizam as pesquisas deste campo é justamente em pensar a educação infantil sob uma lógica ou uma perspectiva diferente desta que foi solidamente construída para a escola. Se por um lado temos muitos aspectos positivos ao sermos inseridos nas políticas públicas de educação e sistemas nacionais de ensino, por outro, carregamos junto esse fardo histórico disciplinar que constitui a instituição escolar. São muitas forças internas e externas que se agregam ao espaço quando este se torna escolar – composições de rotinas rígidas, de currículos pré-

estabelecidos sem aberturas para interações com as crianças, de horários fixos sem respeito ao ritmo das crianças, de produções de ocorrências e cadernetas de anotações que pouco ou nada retratam o trabalho realizado com as crianças ou de suas produções, etc., há pouco da criança nesta escola e há muito de uma infância normalizada, pasteurizada, hegemônica. Há uma intensa pedagogização nas escolas de educação infantil, isto é, as práticas que se instauram na educação infantil escolar visam canalizar, adaptar e corrigir a partir de inúmeros dispositivos disciplinares que enrijecem as linhas de força que fazem das crianças sujeitos infantis. É nesta direção que as práticas pedagógicas também produzem o dispositivo da infância.

Entre outros dispositivos, encontra-se a discussão de gênero e de sexualidade. De acordo com o texto de lei das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009), dentre seus princípios, é necessário “construir novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a democracia e com o rompimento de diferentes formas de dominação etária, socioeconômica, étnico-racial, de gênero, regional, linguística e religiosa.” Isto significa que, desde a educação infantil, é não só possível, como recomendável, trabalhar temas ligados a gênero e sexualidade, didaticamente adaptados a esta faixa etária específica

No entanto, tratar de temas que tenham perspectivas diferentes das que foram instauradas para o processo educacional, como a sexualidade, principalmente na fase infantil, é um desafio grande, os professores não se sentem seguros para lidarem com essa temática, não tendo preparo profissional para isso, mas, para além disso, tendo também influência de preconceitos que se desenvolveram de acordo com suas experiências e crenças.

[...] Na medida em que a escola ainda é uma das mais importantes instâncias implicadas na produção das diferenças e no combate às desigualdades, torna-se imprescindível que as temáticas de gênero e sexualidade sejam abordadas no contexto da formação inicial e continuada de professores(as). Isso porque, ao direcionarmos o olhar para as escolas que atendem crianças de zero a cinco anos de idade, percebemos, assim como Cruz (2003 apud CARVALHO; GUIZZO, 2016), que tais instituições têm reforçado através de suas regras, comportamentos e discursos docentes a desigualdade entre meninos e meninas (CARVALHO; GUIZZO, 2016, p. 200).

A importância da implementação de temas que tratem da identidade de gênero e da sexualidade nos currículos educacionais parte da necessidade de que pautas como essas sejam desmistificadas. Muito se fala sobre, mas a maior parte da

sociedade ainda têm dificuldade de entender seu sentido mais amplo, atribuindo ao à sexualidade uma relação direta com o sexo.

Dessa forma, é necessário que as políticas curriculares para Educação Infantil potencializem discussões a serem desenvolvidas no interior das escolas e dos cursos de formação docente. Além disso, também consideramos imprescindível que sejam criados programas de formação continuada de professores(as) de Educação Infantil, nos quais as temáticas de gênero e sexualidade sejam a tônica central das discussões. Justificamos tal argumento no fato constatado por Vianna e Silva (2008 apud CARVALHO; GUIZZO, 2016), de que o currículo da maioria das instituições de ensino superior de nosso país destinadas à formação docente não contemplam discussões referentes aos temas de gênero e sexualidade. No entanto, essa tarefa não é fácil, pois problematizar os discursos sexistas presentes nas escolas leva tempo e demanda um esforço conjunto, pois não basta apenas que as temáticas sobre gênero e sexualidade constem nos currículos de formação docente, é preciso aproximar as escolas e todos(as) os(as) que dela participam das contribuições e das teorizações de pesquisadores(as) para que, de fato, haja uma interlocução entre as discussões contemporâneas que problematizam as pedagogias da sexualidade e as referidas instituições (CARVALHO; GUIZZO, 2016, p. 200).

Pinheiro e Corrêa (2016) indica que os educadores exercem um papel muito importante nessa construção de saberes, mas aqueles que confessam uma ideologia religiosa deverá ter em mente que são valores dela e não da criança e está no momento sob a responsabilidade do educador de cuidar e educar, outro fator, presente a experiências anteriores, pois, ser experiente não é sinônimo de excelência de ensino, cada escola e cada criança é um universo a que deverá ser desvendado para na medida certa o ato educativo ser construído para assim, estabelecer a aprendizagem. Seffner (2006, apud LEITE; MAIO, 2013, p. 07) reiteram que além da dificuldade encontrada no trabalho em relação à temática sexualidade, existem as ideologias permeadas nos diferentes discursos, em que a cultura investe na construção da heterossexualidade como sendo a identidade “protótipo”, a partir da qual são julgadas as demais, de modo que uma multiplicidade de outras identidades referentes à sexualidade se torna um desvio às “normas” estabelecidas socialmente.

Pereira (2022) destaca que a formação dos educadores deve proporcionar reflexão e instrumentalização para compreender a sexualidade da criança, promovendo uma educação que permita que professores, familiares e a criança assimilem adequadamente as manifestações sexuais da infância.

Atualmente, é possível observar que existe uma carência em pesquisas que procuram estudar sobre a importância da educação sexual desde o início da vida e, é notório perceber que existem poucas investigações sobre o tema. Segundo Fonseca,

Vanderlinda, Lins (2022), a psicanálise tem demonstrado a importância de compreender as fases psicosexuais da criança e o quanto é imprescindível o entendimento dos adultos para o seu desenvolvimento saudável. Tendo em vista isso, Pereira (2022), afirma que são necessárias mais pesquisas sobre educação sexual, que se concentre principalmente no desenvolvimento sexual das crianças e seja adequada para a formação de professores, pois essas contribuições enriquecem o trabalho dos profissionais, os beneficiando por meio de uma melhor preparação e, assim, aumentam a familiaridade.

2 PROBLEMA DA PESQUISA

A sexualidade, quando relacionada à infância, ainda hoje, é pouco falada e explicada e, por isso, permanece como uma terra incógnita (CONSTANTINE, MARTINSON, 1984) para os adultos que a experienciam como uma temática assustadora e, muitas vezes, proibida. No entanto, é uma dimensão humana à serviço da vida porque traz ganhos vinculados às bases fundamentais da felicidade como o exercício do prazer e do amor (apud SCHINDHELM, 2011, p. 38).

A escola consiste em um espaço ao qual as manifestações sexuais são evidenciadas com recorrência, Maio (2011, apud LEITE; MAIO, 2013, p. 08) aponta que, uma proposta de educação sexual adequada, consciente e emancipadora poderia contribuir para o objetivo de discussão de toda comunidade educativa sobre a área da sexualidade. Além disso ressalta que a educação sexual escolar torna-se necessária para que se possam trabalhar as identidades sexuais e relações de gênero cientificamente, sem preconceitos e aprendizagens pautadas nos princípios religiosos e outras crenças que educadores e educadoras impregnam.

Diante dos apontamentos trazidos referente a temática percebe-se que ainda hoje a sexualidade é ocultada, visto que as crianças são impedidas de falar sobre suas inquietações e descoberta da sexualidade. Reconhecendo todos esses fatores, fica mais evidente a necessidade de um trabalho voltado às questões de gênero e sexualidade na escola, e, para além disso, pensar na formação dos educadores. Perante isso é possível compor o seguinte questionamento:

De que forma os docentes de instituição de educação pré-escolar da cidade de Santo Amaro-BA compreendem o tema sexualidade infantil no contexto educacional?

3 JUSTIFICATIVA

A decisão de trabalhar com esse tema partiu de várias vivências e construções que foram reavivadas a partir do ingresso na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, no qual existiu pela primeira vez o contato com um currículo que é constituído por disciplinas como “Dinâmicas de Raça, Gênero e Sexualidade no Contexto da Globalização”, “Gênero, Raça e Sexualidade nas Ciências Sociais” e “Processos Educativos e Construção de Identidades: Raça/Etnia, Classe, Gênero e Sexualidade”. Além de, a partir desse contato, entender e encarar uma realidade de que não só as instituições iniciais de ensino não trabalham com temas interseccionais e diversos, mas, a maioria das instituições de ensino superior, ao qual formam educadores, também se enquadram nesse contexto. Diante disso, surgiu o inquietamento sobre como seria para as pessoas da comunidade LGBTQIAPN+ ter acesso à disciplinas, temáticas e discussões como essa, desde a Educação Infantil e quais transformações seriam possíveis a partir dessa possibilidade.

A experiência de estar graduando na UNILAB me colocou em uma posição de questionar como seria para construção da minha própria identidade como mulher bissexual, e, a partir disso, refletindo também em todo um coletivo que passa pelo mesmo processo, se nos espaços escolares existisse a liberdade de entender sobre as interseccionalidades e identidades dos indivíduos e o quanto isso impactaria e mudaria todo trajeto de violência que existe para chegar até o ponto de se entender de fato como parte da comunidade LGBTQIAPN+.

Por escolher como terminalidade o curso de licenciatura em Pedagogia, surge um segundo motivo para chegar a essa temática, que seria a ideia de que tipo de profissional eu quero ser, por mais romantizado que possa parecer a ideia de “mudar o mundo” a partir disso, a busca por transformações sociais através do ensino, um ensino que respeite a diversidade e a diferença, deve ser enxergado como realidade e não ser enquadrado nessa ideia romantizada.

A escolha de construir parte deste trabalho através de entrevistas a docentes da cidade de Santo Amaro da Purificação, Bahia, se dá a partir da simples realidade de ser o lugar ao qual resido atualmente, visto que não sou do Recôncavo, e, por ser o lugar que me acolheu para realizar esse processo de formação profissional, e possivelmente será o lugar em que colocarei minha profissão em prática.

O desenvolvimento deste projeto prevê a contribuição para a implementação, nos currículos da Educação Infantil, de temáticas voltadas à diversidade. Além de alcançar não só as instituições de ensino iniciais, mas as de ensino superior, visando a importância de haver, na formação dos docentes, disciplinas que os preparem para tratar de assuntos como a sexualidade em sala de aula, aprimorando e dando base para suas práticas pedagógicas, resultando em uma educação igualitária e promotora de uma nova visão perante essa temática.

4 OBJETIVOS

4.1 OBJETIVO GERAL

- ✓ Analisar de que forma os docentes do município de Santo Amaro-BA, em espaços de Educação Infantil, compreendem a sexualidade infantil e a tratam em sua prática docente com as crianças.

4.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- ✓ Verificar a concepção/definição que os docentes têm quanto ao termo “sexualidade”;
- ✓ Analisar de que forma os docentes compreendem o tema sexualidade no contexto da educação infantil;
- ✓ Identificar se, e como, os educadores compreendem a importância da implementação dessa temática desde a educação infantil.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 SEXUALIDADE INFANTIL: ASPECTOS HISTÓRICOS E CONCEITOS: DE FREUD A FOUCAULT

Para falar sobre sexualidade infantil é necessário entender inicialmente qual a diferença entre “sexo” e “sexualidade”, já que, constantemente esses termos são usados como sinônimos um do outro, de uma forma que implica a entender que a sexualidade esta fadada a ser algo especificamente físico e biológico, como o sexo. Podemos então analisar que o sexo é relacionado ao biológico, ou seja, direcionado ao aspecto gênero (feminino/masculino), enquanto a sexualidade transpaça a ideia de corpo e está presente não só nas experiências sexuais, mas nas relações pessoais, na personalidade, identidade, sentimentos e etc. Segundo a Organização Mundial de Saúde (1975) apud Egypto (2003):

A sexualidade forma parte integral da personalidade de cada um. É uma necessidade básica e um aspecto do ser humano que não pode ser separado dos outros aspectos da vida. Sexualidade não é sinônimo de coito e não se limita à presença ou não do orgasmo. Sexualidade é muito mais do que isso, é a energia que motiva a encontrar o amor, o contato e a intimidade e se expressa na forma de sentir, na forma de as pessoas tocarem e serem tocadas. A sexualidade influencia pensamentos, sentimentos, ações e interações e tanto a saúde física como a mental. Se a saúde é um direito humano fundamental, à saúde sexual também deveria ser considerada como um direito humano básico (OMS, 1975, apud EGYPTO, 2003, p. 15 - 16)

O primeiro teórico a falar sobre a sexualidade infantil foi o psicanalista Sigmund Freud, desenvolvendo a teoria da sexualidade infantil através de experiências vividas com seus pacientes em seu consultório. Iniciou seus estudos sobre essa temática analisando pacientes adultos, a partir de transtornos causados por algo que os afetou quando ainda crianças. Segundo o autor, a infância é a fase em que pode-se desenvolver transtornos emocionais, que, ao serem internalizados, geram vários tipos de neuroses, e, por consequência, acabam aparecendo normalmente na fase adulta.

Freud fala, também, da amnésia infantil, que é consequência de negligência por parte dos responsáveis quanto ao desenvolvimento da sexualidade e suas manifestações durante o período da infância. Segundo o autor, a amnésia infantil é um fenômeno psíquico que leva ao esquecimento de um certo período da vida, ou seja, na fase adulta há um apagamento de memórias de quando se era criança,

podendo ser esse esquecimento parcial ou total, entre um período de seis a oito anos. Esse fenômeno é visto como mecanismo de defesa onde o cérebro entende ser necessário afastar as experiências que causam sentimentos e sensações ruins. Quando Freud publicou seu primeiro trabalho sobre a sexualidade infantil a sociedade da época teve uma reação de espanto, afinal, sempre existiu uma idealização de que sexo e sexualidade eram algo que só começava a aparecer na vida dos indivíduos, e desta forma só deveria se discutir a partir desse período, na puberdade. Contudo, de acordo com Freud (1977):

A opinião popular tem idéias muito precisas a respeito da natureza e das características e do instinto sexual. A concepção geral é que está ausente na infância, que se manifesta por ocasião da puberdade em relação ao processo de chegada da maturidade e se revela nas manifestações de uma atração irresistível exercida por um sexo sobre o outro; quanto ao seu objetivo presume-se que seja a união sexual, ou pelo menos atos que conduzam nessa direção (FREUD, 1977, p. 135 apud COSTA; OLIVEIRA, 2011, p. 04).

Diante disso, Sigmund Freud argumentava que todo indivíduo nasce provido de desejos, afetos, assim como conflitos, então, o pensamento de que crianças estão fora do contexto sexual, é mais uma questão de uma construção conservadora do que de fato a realidade. Conforme citado por Silva e Megid Neto (2006),

no início de seu segundo ensaio sobre comportamento sexual infantil, Freud revela uma das principais descobertas da psicanálise, senão a maior descoberta: a existência de impulsos sexuais na infância. Onde parte da opinião popular sobre o desejo sexual é que ele não existe na infância e só desperta durante o período designado da adolescência. Mas isso não é, segundo Freud, um erro qualquer, mas grave engano, que possui graves consequências, porque é o culpado de nossa ignorância das condições básicas da vida sexual hoje (SILVA; MEGID NETO, 2006 apud FONSECA; VANDERLINDE; LINS, 2022, p.13 - 14).

Na década de 70 do século passado, o filósofo francês Michel Foucault publicou o primeiro volume da História da Sexualidade, denominado “A vontade de saber”, (1976), analisando o discurso da sexualidade a partir da proliferação e repressão, relações de poder e saber. No início da obra Foucault traz a era vitoriana, onde o mesmo afirma que a sociedade permanece desde o século XVIII, colocando a sexualidade em uma posição em que se vê rodeada de hipocrisia, silêncio e travas, onde a família se encontra como um modelo matrimonial e central, em que sua única função é a de reprodução para procriação.

Quando se fala sobre a relação de crianças com a sexualidade, a sociedade reproduz um comportamento quase único em que se destaca o silenciamento, onde Foucault traduz como hipótese repressiva:

Isso seria próprio da repressão e é o que distingue das interdições mantidas pela simples Lei Penal: a repressão funciona, de certo, como condenação ao desaparecimento, mas, também, como injunção ao silêncio, afirmação da inexistência e, conseqüentemente, constatação de que, em tudo isso, não há nada para dizer, nem para ver, nem para saber. Assim mancharia, com sua lógica capenga, a hipocrisia de nossas sociedades burguesas (FOUCAULT, 2001, p. 10 apud RODRIGUES; NIELSSON, 2017, p. 04).

O autor traz uma reflexão importante quanto ao ambiente escolar e a discussão sobre sexo e sexualidade, onde o mesmo reitera o fato de que ao mesmo tempo em que esses assuntos são silenciados nesses ambientes, eles também estão o tempo todo em discussão, como, por exemplo, em um contexto de controle dos jovens.

Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo das crianças e dos adolescentes. Pelo contrário, desde o século XVIII ela concentrou as formas do discurso neste tema; estabeleceu pontos de implantação diferentes; codificou os conteúdos e qualificou os locutores. Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discurso que ora se dirige a elas, ora fala delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa – tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação do discurso (FOUCAULT, 1988, p. 36).

Com isso, o mesmo chega à conclusão de que essa temática, quando discutida, se encontra muito mais em uma posição de poder e controle do que de fato sendo enxergada como essencial para a construção individual, onde pretende-se moldar e criar uma normatização das condutas e contextos sociais. O autor identifica a sexualidade como um dos instrumentos mais eficazes de controle, sendo denominada como um “dispositivo histórico do poder” produzido e fabricado no interior de um conjunto heterogêneo de práticas discursivas, de leis, de medidas administrativas, de pressupostos científicos, religiosos, filosóficos, etc. Tal dispositivo atua sobre o corpo da criança configurando toda uma pedagogização do seu sexo, que ocorre a partir de diferentes práticas inscritas em seu corpo, de maneira a produzir, no passar dos séculos, modos específicos de se relacionar com o corpo e com a sexualidade, e, ao mesmo tempo, modos específicos de organizar, de habitar, de viver, para todas as crianças. A pedagogização do sexo das crianças é, portanto, um processo que vai do

corpo à configuração de certa normalização para as crianças, isto é, à configuração de uma forma-infância (FOUCAULT, 1977 apud MORUZZI, 2019, p. 04).

5.2 EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL

É importante desvincular o assunto sexualidade de noções estereotipadas, sendo necessário desconstruir ideias e percepções culturais universais fazendo com que assim esse tema seja melhor tratado, as instituições ainda enxergam o assunto com uma visão muito enquadrada em percepções limitantes onde a criança se encontra em um posto como sendo um indivíduo que não tem suas próprias sensações, sua individualidade, ou como algo que nasceu desprovido de desejos.

[...] Acerca da Educação Sexual para as crianças: tem esse poder de retirar a ingenuidade delas? Existe o risco de um(a) garoto (a) se tornar uma pessoa erotizada precocemente? Pais e professores o adulto em geral tem a ideia que informar e/ou educar uma criança sobre sua sexualidade é erotizá-la cedo, pelo contrário informar irá tirá-la da ignorância, mas não a sua inocência. O sexo e a sexualidade não devem ser concebidos como algo sujo e impuro, como se não fosse algo normal ou ainda como se não fizesse parte do desenvolvimento humano. Quando o adulto seja pai ou professor (a) encara a sexualidade infantil como algo natural o mesmo propicia o desenvolvimento sadio da mesma dando-lhe condições de uma vivência sexual sem preconceitos e pré-conceitos (PINHEIRO; CORRÊA, 2016, p. 79).

Para que aconteça de fato a desconstrução dessas ideias e percepções culturais universais, é preciso entender que sexualidade não é só ato sexual e prazer, vai para além de sexo:

Na experiência e na teoria psicanalíticas, o termo sexualidade não designa apenas as atividades e o prazer que dependem do funcionamento do aparelho genital, mas toda uma série de excitações e de atividades presentes desde a infância, que proporcionam um prazer irredutível à satisfação de uma necessidade fisiológica fundamental, como por exemplo: a respiração, fome, função de excreção, etc.), e que se encontram a título de componentes na chamada forma normal de amor sexual (PRISZKULNIK, 2004 apud FONSECA; VANDERLINDE; LINS, 2022, p.13).

Devido a essa associação que se encontra inabalada até o momento, um dos pontos que mais se faz presente dentro desse contexto, para explicar o motivo de não ser necessário ou não poder falar sobre a sexualidade para as crianças, é o argumento de que haveria um rompimento da sua inocência:

Com isso queremos dizer que a inocência das crianças é vista como sinônimo de ausência de sexualidade (CRUZ, 2003 apud CARVALHO; GUIZZO, 2016). Assim, para que a inocência das crianças em relação aos desejos perdure o maior tempo possível, as professoras que atuam nas escolas acreditam que é necessário negar a curiosidade infantil, vigiar seus comportamentos, bem como ignorar toda e qualquer atividade ou discussão que se vincule à sexualidade. Para tanto, as professoras atuam na vigilância dos comportamentos infantis, geralmente prescrevendo modos de comportamento que consideram adequados para meninos e meninas, de acordo com o que deles(as) se espera dependendo do seu gênero (CARVALHO; GUIZZO, 2016, p. 193).

No século XVII, a partir da cultura ocidental, a ideia de inocência infantil trás um ideal de fragilidade e vulnerabilidade muito maior para as crianças, onde essa inocência só vai ser quebrada a partir do momento em que esses indivíduos começam a ter alguns tipos de interações, desta forma a sociedade tenta retardar o máximo que pode essa “quebra de inocência”.

A sexualidade das crianças é um tema difícil de ser abordado, pois apesar de Freud ter chocado a sociedade vienense cem anos atrás, ao propor a ideia de uma infância que se afastava da tradicional noção de pureza e de felicidade ímpar, trazendo à tona uma criança dotada de afetos, desejo e conflitos, ainda hoje temos dificuldade em aceitar a sexualidade infantil proposta pelo fundador da psicanálise (BRANDÃO; RAMOS, 2010 apud FONSECA; VANDERLINDE; LINS, 2022, p. 13).

Diante dessa posição de fragilidade em que foi colocada a infância, Moruzzi (2019) afirma que pode-se compreender que os séculos XVI e XVII tiveram maior influência das instituições e práticas religiosas sobre o corpo da criança. No século XVII e, ainda no século XVIII, a maior influência foi das instituições e práticas pedagógicas (entre elas, as religiosas), que tinham por objetivo educar as crianças e protegê-las do espaço mundano. Segundo Moruzzi (2019), Philippe Ariès (1981) revela, a partir de suas análises iconográficas, que o corpo da criança, neste mesmo período histórico, passa a ser coberto e vestido. A nudez só se torna possível quando representada nas imagens sacras, associadas à figura pura e angelical do menino Jesus ou de anjos. Essas análises realizadas por Ariès sugeriram a interpretação de que a gênese da ideia de uma criança inocente, pura, angelical, naturalmente boa, pode ser observada nas relações de moralização de seu corpo, sob efeito das reformas religiosas e morais deste período histórico.

Apesar de toda essa construção que levou a sociedade a enxergar as crianças com uma visão de fragilidade e inocência exacerbada, é importante entender que os momentos mais importantes para o desenvolvimento de competências e habilidades

de uma criança, que conseqüentemente afetará seus próximos anos de vida, estão durante o período da gestação até os seis anos de idade. Partindo dessa perspectiva compreende-se uma necessidade grande em mudar o contexto ao qual os indivíduos são submetidos durante sua infância, Freud fala sobre a existência de um impacto da sexualidade na vida adulta e demonstra a importância de se falar sobre esse assunto desde o início.

Esse estudo freudiano sobre o impacto da sexualidade infantil para a vida adulta desafiou a noção dominante da época de que a criança era uma criatura pura e inocente, razão porque foi recebido como revolucionário, chocante e mesmo ofensivo para a sociedade. Hoje, ainda convive-se com conhecimentos compartilhados socialmente sobre esse modo de olhar para a criança, fruto da herança cultural vitoriana. Por outro lado, cada vez mais percebe-se que os pequenos têm desejos, experiências e fantasias sexuais (SCHINDHELM, 2011, p. 36).

Michel Foucault, ressalta Moruzzi (2019), acredita que existe uma pedagogização do sexo das crianças, consolidada a partir do século XVIII, a qual pode ser compreendida como um resultado de um processo específico de investimento no corpo, e dentre tantos corpos, investiu-se particularmente no corpo da criança. As reformas morais e religiosas dos séculos XVI e XVII foram pontos de virada no que diz respeito à moralização do corpo da criança a partir de ações que mobilizaram os sentimentos de vergonha e de pudor sobre seus gestos afetivos ou sexuais.

Diante disso, é notório que essas construções e percepções foram instauradas de formas tão bem sucedidas na sociedade que nos levou a chegar em um ponto em que muitos apresentam receio ou aversão ao tratar desse assunto e por isso, preferem ignorar ou distorcer o tema, afetando a formação de identidade das crianças.

5.3 A EDUCAÇÃO SEXUAL INFANTIL NOS ESPAÇOS DE EDUCAÇÃO INFANTIL

A esfera educativa é um dos campos mais favoráveis para implementação de projetos que envolvam a educação e a sexualidade. Diante destas preocupações, Braga (2010, apud LEITE; MAIO, 2013) destaca que:

a esfera educativa seria um dos campos mais favoráveis a projetos de Educação e sexualidade, possibilitando a cidadania à medida que seja eficaz na divulgação de informações sobre sexualidade. Contudo, a discussão deve possuir respaldo científico, ao contrário, poderá contribuir ainda mais com o preconceito e representações ideológicas pautado no senso comum e em princípios místicos. Assim, a autora defende que “a escola pode deixar de ser

um espaço de opressão e repressão na questão da sexualidade, para se tornar um ambiente efetivamente seguro, livre e educativo para todas as pessoas” (LEITE; MAIO, 2013, p. 06).

As primeiras experiências sexuais são importantes para a construção e percepção da criança, ela descobre significados do mundo por meio das sensações e do contato corporal com as pessoas e o meio, mas essas primeiras sensações são normalmente negligenciadas pelos que estão ao redor:

Muitas vezes os professores ignoram as curiosidades das crianças sobre sexualidade ou respondem suas perguntas de forma equivocada e fantasiosa, o que gera a construção de conceitos errôneos, insegurança, tensão e ansiedade. Nota-se então, grande despreparo para se trabalhar o tema dentro de sala, principalmente devido à influência de preconceitos sobre o tema que os professores carregam de acordo com suas experiências e crenças (SILVA, 2007, apud ASSIS; BONNE, 2018, p. 03).

A primeira infância, período que vai do nascimento até os 6 anos de idade, é o momento em que a criança começa a ter contato com regras e valores sociais, o ambiente escolar entra com um papel muito importante que é o de preparar os sujeitos presentes naquele meio para seres ativos e críticos, fazendo com que haja uma construção de uma percepção sem desigualdade, principalmente nos contextos de gênero e sexualidade. E por mais difícil que seja acreditar e enxergar, as primeiras manifestações da sexualidade começa a partir dos primeiros anos escolares:

Nos primeiros anos escolares, as manifestações da sexualidade infantil mais frequente por mais inacreditável que possa parecer (a depender da crença do professor), acreditem, manifestações de sexualidade começam a aparecer desde os primeiros anos escolares, ainda na educação infantil. Algumas atitudes poderão ser observadas pelo professor em relação ao aluno, É preciso que o professor esteja preparado para lidar com atitudes inesperadas que venham a surgir em sua classe (PINHEIRO; CORRÊA, 2016, p. 73).

As instituições são identificadas como meios usados para emoldurar sujeitos que no final irão formar uma sociedade ideal, correspondendo a formas hegemônicas:

De fato, como afirma Louro (1998 apud CARVALHO; GUIZZO, 2016), a escola está empenhada em garantir que seus meninos e meninas se tornem homens e mulheres verdadeiros, o que significa dizer homens e mulheres que correspondem às formas hegemônicas de masculinidade e feminilidade. Na situação descrita, percebe-se a heteronormatividade sendo posta em circulação. Entretanto, como já afirmamos, nossas identidades não são dadas, de antemão, por determinismos biológicos. Ao contrário, masculinidades, feminilidades e sexualidades são produzidas nos sujeitos e em seus corpos, por atos aprendidos, repetidos e treinados, como efeito de

normas e de discursos proferidos por instituições como a igreja, a família, a escola, a mídia, entre outras. É importante salientar que, desde as lentes teóricas que adotamos, não há identidades inatas e originais, as identidades de gênero e de sexualidade são um eterno fazer e não se resumem ao binarismo “masculino–feminino” (CARVALHO; GUIZZO, 2016, p. 199).

Andrea Moruzzi (2019), observou que “a história da criança e da infância tem uma correspondência com a forma pela qual as instituições escolares foram organizadas ao longo de diferentes períodos”. Ariès (1981), irá demonstrar, por exemplo, que as escolas e colégios existentes até o século XV funcionavam como abrigos para uma população pobre e que pouco a pouco foram se tornando instituições cuja tarefa era ensinar. Nos séculos XVI e XVII, as escolas já eram consideradas instituições de ensino, entretanto, o ensino aqui ministrado tinha uma função muito específica que era a de afastar os jovens e as crianças dos assuntos “mundanos”, no caso, dos assuntos relacionados aos prazeres do corpo e da carne. A tarefa de ensinar fez com que as escolas e colégios adotassem uma estrutura cada vez mais rígida e disciplinar. A disciplina corresponde, no caso, a uma “anatomia política do detalhe” que opera sobre o corpo das crianças a partir de diferentes instrumentos, tais como: a distribuições dos indivíduos no espaço e no tempo, de forma a tornar o espaço cada vez mais visível e o tempo cada vez mais útil. O espaço é organizado a partir da composição de verdadeiros quadros vivos e o tempo é regimentado a fim de estabelecer o que e como cada corpo irá realizar em cada segundo, cada minuto, cada hora. Observa-se por fim que, quanto mais se queria cobrir, moralizar, corrigir e canalizar as ações e o corpo da criança, mais rigorosa foi se tornando a disciplina nas escolas. Nesta direção, “a história das instituições escolares têm uma relação direta com as representações sociais em torno da criança e, da mesma forma, a história das instituições escolares é também uma história do corpo e, entre tantos, do corpo da criança”. (ARIÈS, 1981 apud MORUZZI, 2019, p. 18).

Luckesi (2002) entende que a educação atual exige professores abertos às transformações sociais, que atuem como facilitadores do processo educacional ajudando a manter a relação de afetividade e transparência. E, para que isso aconteça, é necessário entender que esconder fatos ou inventar histórias para responder às perguntas das crianças, não ajuda na compreensão da realidade, na verdade, pode distorcer seu entendimento.

Conforme Leite e Maio (2013), é possível perceber que os professores se sentem inseguros em falar sobre sexualidade e as questões de gênero dentro de sala de aula na educação infantil. Os educadores se sentem despreparados para lidar com as manifestações sexuais das crianças e se preocupam em estimular ou inibir as crianças pela forma como vão tratar o tema. Por isso, optam por ignorar o assunto, acreditando que, desta forma, não correm o risco de errar em sala de aula. O currículo existente nas escolas que trabalham com crianças entre zero e cinco anos ignoram a existência do gênero e sexualidade, devido, justamente, a idealização de que esses temas romperiam com a inocência infantil, concepção essa que está sendo propagada desde a Modernidade mas que ainda faz parte do cenário pedagógico contemporâneo, por isso é importante que os educadores tenham uma formação e entendimento maior sobre o assunto:

Negar que o professor que trabalha na educação infantil necessita saber e falar sobre sexualidade é desconsiderar um aspecto muito importante da vida das crianças. Este profissional passa muito tempo junto dos alunos e tem o poder e o dever de observar e intervir em questões essenciais para o desenvolvimento dos pequenos (SILVA, 2007, apud ASSIS; BONNE, 2018, p. 14).

A formação acadêmica entra como uma ferramenta que permite que os profissionais da área da educação não tenham um distanciamento do que aprendem com o que praticam, ou seja, uma formação que permite que esses profissionais estudem sobre temáticas como sexualidade durante seu processo acadêmico faz com que a sua atuação diante de contextos que os levam a falar sobre esse assunto, seja muito mais fácil e permite que os mesmos não cometam o erro de silenciar seus alunos perante essas situações ou até reproduzir seus próprios preconceitos.

A formação acadêmica das professoras corrobora para esse lugar marginalizado da sexualidade na escola. Um estudo realizado por Schindhelm (2000), a partir dos discursos das professoras a respeito da formação profissional, evidencia muitas incertezas, medos e preconceitos ligados ao sexual, os quais se enredam aos pensamentos e ideais embutidos por diversos valores associados a religião e a família. A autora aponta para uma formação docente generalizada, havendo uma distância entre o que foi aprendido durante a graduação e o que é presenciado no cotidiano das escolas (PEREIRA, *et al*, 2022, p. 07).

A construção do currículo trabalhado nas instituições de ensino devem levar em consideração temas que falem de questões sociais, ou seja, temáticas que retratam as vivências e realidades dos estudantes precisam estar presentes nele.

Na primeira versão do documento da Base Nacional Comum Curricular (2015), constavam discussões sobre gêneros e sexualidades, entretanto na versão final (2017), elas foram apagadas, retiradas, o que, na visão de Bessa-Oliveira e Ortiz (2020), é um reflexo de uma visão conservadora que insiste na preservação de uma “família tradicional” reforçando o estereótipo de família única, reduz as vivências de sexualidade à reprodução, às infecções sexualmente transmissíveis, e gravidez na adolescência, evidenciando distanciamento entre a orientação proposta pelo documento e a vivência dos/as estudantes (SILVA; MOURA; MASCIA, 2022, p. 03).

De acordo com Sayão (1997, p. 101), “são os professores que terão que contribuir para que seus alunos tenham uma visão positiva e responsável da sexualidade”. Então, o modo que o educador lida com a temática é muito importante e ajuda na forma em que irá trabalhar com os alunos, com suas afetividades, percepções, expressões, suas críticas e criatividade.

A educação sexual nas instituições deve ser pautada no diálogo sobre o tema abordado, por meio de professores capacitados para exercer a tarefa formativa e informativa, com objetivo de transmitir às crianças informações biológicas corretas sobre a sexualidade, ao mesmo tempo em que acentua ao conceito do sexo ligado nos aspectos do afeto e do prazer (SUPLICY, 1983, apud RODRIGUES; WECHSLER, 2014, p. 05).

A partir disso Suplicy (1983 apud RODRIGUES; WECHSLER, 2014) reitera que a escola tem, ou pelo menos deveria ter, como um dos seus objetivos, passar informações concretas a respeito da sexualidade e esclarecer as distorções aprendidas pelas crianças. Além disso, o mesmo argumenta que “é esperado que a educação sexual transmita a sexualidade a partir de um enfoque sociocultural, ampliando a percepção do mundo do aluno, e ajudando-o a aprofundar e refletir sobre suas opiniões”. Ribeiro (2009) complementa afirmando que só informar não basta, é necessário também apresentar atitudes positivas em relação ao sexo, para que as crianças possam perceber a sexualidade como algo positivo.

Assim, pensar e discutir a formação e as práticas pedagógicas nessa sociedade em constante mudança exige reflexão sobre a função social da escola e da prática cotidiana da professora e do professor em sala de aula. E a promoção de políticas educacionais públicas de enfrentamento ao preconceito e à discriminação demanda, de um lado, medidas de ampliação do acesso e melhoria da qualidade do atendimento aos grupos historicamente

discriminados como: negros/as, indígenas, mulheres, homossexuais. De outro, são necessárias ações que visem educar a sociedade para o respeito e a valorização da diversidade e para o combate à discriminação (SILVA; MOURA; MASCIA, 2022, p. 02).

A educação deve ser usada como ferramenta de prevenção a violência, preconceitos e tudo que possa afetar os seres humanos que se tenha constituído a partir de um pensamento baseado apenas em idealizações pessoais mal formadas ou mal encaminhadas desde a infância e que perdurou no decorrer da vida.

O artigo Violência contra LGBTQIA+ no Brasil: práticas pedagógicas como instrumento/ação de prevenção nos traz reflexões sobre os alarmantes números de casos de violência contra pessoas LGBTQIA+, destacando que este fato requer da sociedade práticas de prevenção e combate dessas violências. O autor e as autoras realizaram uma pesquisa bibliográfica e documental que objetiva discutir práticas pedagógicas como instrumento/ação de prevenção e combate a LGBTQIA+fobia. Ressaltam que as práticas pedagógicas exercem importante papel na formação humana, no sentido de compreender que a vida coletiva deve ser vivida com empatia e humanidade, sendo necessária a realização de encaminhamentos didáticos que incorporem ações de prevenção à LGBTQIA+fobia (SILVA; MOURA; MASCIA, 2022, p. 06 - 07).

De acordo com Lara *et al.* (2021) como instituição de ensino formal, a escola possui diretrizes próprias, professores definidos para a área do conhecimento, e ainda possui todos os fundamentos legais e científicos para uma discussão mais efetiva sobre sexo e sexualidade, mas muitas vezes não é realizada por crenças acerca da moralidade, costumes e cultura em nossa sociedade. Os tabus estabelecidos no meio têm levado ao isolamento, preconceito e discriminação de muitos sujeitos que não se encaixam nas normas e comportamentos sociais. Além de reiterar que as escolas, como instituições de ensino, devem estar totalmente preparadas para lidar com essa temática e ter uma postura clara e consciente sobre as referências e restrições sobre as quais a expressão de sexualidade infantil deve atuar.

6 METODOLOGIA

Diante da existência de inúmeras formas de conhecimento, o que seria o conhecimento científico? Fonseca explica que:

O conhecimento científico é produzido pela investigação científica, através de seus métodos. Resultante do aprimoramento do senso comum, o conhecimento científico tem sua origem nos seus procedimentos de verificação baseados na metodologia científica. É um conhecimento objetivo, metódico, passível de demonstração e comprovação. O método científico permite a elaboração conceitual da realidade que se deseja verdadeira e impessoal, passível de ser submetida a testes de falseabilidade. Contudo, o conhecimento científico apresenta um caráter provisório, uma vez que pode ser continuamente testado, enriquecido e reformulado. Para que tal possa acontecer, deve ser de domínio público (Fonseca, 2002, p. 11).

Uma das etapas para a produção do conhecimento científico é a pesquisa, ao qual Lehfeld (1991, apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31) entende como sendo a inquisição, o procedimento sistemático e intensivo, que tem por objetivo descobrir e interpretar os fatos que estão inseridos em uma determinada realidade. Trazendo a partir disso a diferença que existe entre o conhecimento científico e outras formas de conhecimento. E dentro da pesquisa existe a metodologia em que o trabalho produzido se desenvolverá:

Para Fonseca (2002), *metodos* significa organização, e *logos*, estudo sistemático, pesquisa, investigação; ou seja, metodologia é o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência. Etimologicamente, significa o estudo dos caminhos, dos instrumentos utilizados para fazer uma pesquisa científica (Fonseca 200 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 12).

Para a construção do presente trabalho será utilizada a pesquisa qualitativa a qual Goldenberg define como sendo uma pesquisa que não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa (GOLDENBERG, 1997, p. 34 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 31 - 32).

Minayo (2001 apud GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p. 32) trás, também, que a pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à

operacionalização de variáveis. Aplicada inicialmente em estudos de Antropologia e Sociologia, como contraponto à pesquisa quantitativa dominante, tem alargado seu campo de atuação a áreas como a Psicologia e a Educação. A pesquisa qualitativa é criticada por seu empirismo, pela subjetividade e pelo envolvimento emocional do pesquisador.

Inicialmente será realizado um levantamento bibliográfico desenvolvido a partir de livros, artigos, dissertações e teses, para a busca de uma melhor compreensão e direcionamento diante do assunto tratado, visando maior aprofundamento na temática proposta. Posteriormente será selecionada a escola para a execução da pesquisa e a partir disso, serão realizadas entrevistas semiestruturadas com os professores/as, a fim de obter a perspectiva destes em relação à concepção quanto ao termo sexualidade, a forma que os mesmos compreendem o tema sexualidade no contexto educacional e a importância da implementação dessa temática desde a educação infantil, além de analisar o impacto que a formação docente e as percepções pessoais têm nesse processo.

De acordo com Fraser e Gondim (2004) acredita-se que a entrevista, como técnica de pesquisa social, associada às observações etnográficas, tenha sido usada inicialmente por Booth, em 1886, em estudo sobre as condições sociais e econômicas dos habitantes de Londres. Gradativamente a entrevista como técnica de investigação científica foi difundida nas pesquisas qualitativas e nas pesquisas quantitativas (FRASER; GONDIM, 2004 apud BATISTA; MATOS; NASCIMENTO, 2017, p. 04).

7 CRONOGRAMA

ANOS/ ETAPAS	2024	2025		2026	
	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre	1º Semestre	2º Semestre
Revisão do projeto	x	x			
Levantamento Bibliográfico e Fichamentos		x	x		
Apresentação do projeto revisado			x		
Organizar a estrutura para a monografia		x	x		
Preparo do roteiro e coleta de dados			x		
Análise dos dados coletados				x	x
Elaboração e Redação do trabalho				x	x
Revisão e Redação Final					x
Entrega da Monografia					x
Defesa da Monografia					x

REFERÊNCIAS

ASSIS; Tatiana Aparecida de, BONNE; Maruza Brasil, 2018. **SEXUALIDADE: O DESAFIO DESSA QUESTÃO NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Multivix. Disponível em: <https://multivix.edu.br/wp-content/uploads/2018/12/sexualidade-o-desafio-dessa-questao-na-educacao-infantil-.pdf>.

BARBOSA; Maria Carmen Silveira, 2009. **PRÁTICAS COTIDIANAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL - BASES PARA A REFLEXÃO SOBRE AS ORIENTAÇÕES CURRICULARES**. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Secretaria de Educação Básica. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

BATISTA; Eraldo Carlos, MATOS; Luís Alberto Lourenço, NASCIMENTO; Alessandra Bertasi, 2017. **A entrevista como técnica de investigação na pesquisa qualitativa**. Revista Interdisciplinar Científica Aplicada, Blumenau, v.11, n.3, p.23-38, TRI III, 2017. ISSN 1980-7031.

CARVALHO; Rodrigo Saballa, GUIZZO; Bianca Salazar, 2016. **POLÍTICAS CURRICULARES DE EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR PARA AS INTERFACES ENTRE GÊNERO, SEXUALIDADE E ESCOLA**. Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade, Salvador, v. 25, n. 45, p. 191-201, jan./abr, 2016.

CASTRO; Roney Polato, 2013. **ESCRITAS-NARRATIVAS DE ESTUDANTES PROBLEMATIZANDO RELAÇÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES**. 36ª Reunião Nacional da ANPEd – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO.

COSTA; Elis Regina da, OLIVEIRA; Kênia Eliane de, 2011. **A SEXUALIDADE SEGUNDO A TEORIA PSICANALÍTICA FREUDIANA E O PAPEL DOS PAIS NESTE PROCESSO**. vol. 2 n. 11 2011, ISSN:1807-9342.

EGYPTO, A. C. (Org.) **Orientação sexual na escola: um projeto apaixonante**. São Paulo: Cortez, 2003.

FERREIRA; Márcio Porciúncula, 2016. **CURRÍCULO, GÊNERO E SEXUALIDADE: QUESTÕES INDISPENSÁVEIS À FORMAÇÃO DOCENTE**. Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).

FONSECA; Aline Arruda Rodrigues, VANDERLINDE; Bruna Renata, LINS; Thatyanna Karla de Britto Poggi, 2022. **Educação sexual e sexualidade na infância: Uma visão da psicanálise**. Psicologia: abordagens teóricas e empíricas - ISBN 978-65-5360-086-7 - Editora Científica Digital - www.editoracientifica.org - Vol. 2 - Ano 2022

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GARBARINO; Mariana Inés, 2021. **O tabu da educação sexual: gênese e perpetuação dos preconceitos na infância.** Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo (USP). Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/18094449202100630016>.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (organizadoras). **Métodos de Pesquisa.** 1ª Ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica 1.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/7710716/mod_resource/content/1/Fundamentos%20de%20metodologia%20cient%20C3%ADfica.pdf.

LARA, A. A. dos S. G., *et al.* 2021. **A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL.** Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/2950>.

LEITE; Lucimar da Luz, MAIO; Eliane Rose, 2013. **GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL E A IMPORTÂNCIA DA INTERVENÇÃO PEDAGÓGICA.** Disponível em: http://fecilcam.br/nupem/anais_viii_epct/PDF/TRABALHOS-COMPLETO/Anais-CH/PEDAGOGIA/06-completo.pdf.

LUCKESI, Cipriano Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições.** 4.ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CÂMARA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, 2009. **RESOLUÇÃO Nº 5, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2009.** Resolução CNE/CEB 5/2009. Diário Oficial da União, Brasília, 18 de dezembro de 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb005_09.pdf.

MORUZZI; Andrea Braga, 2019. **A pedagogização do sexo da criança: do corpo ao dispositivo da infância.** Revista Eletrônica de Educação, v. 13, n. 2, p. 438-458, maio/ago. 2019. ISSN 1982-7199 | DOI: <http://dx.doi.org/10.14244/198271993355>.

NASCIMENTO; Renan Custódio do, 2005. **Noções conceituais da sexualidade humana num recorte foucaultiano.** Universitas Ciências da Saúde - vol.03 n.01 - pp. 65-72.

NEVES; Betina. **COMO ANDA O DEBATE LGBTQI+ NAS ESCOLAS?.** Revista UOL, 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/sociedade/debate-lgbtqia-escolas/>.

PEREIRA; Angelita Carmo, *et al.*, 2022. **A Escola e a Sexualidade Infantil.** Revista The Americana de Humanidades, Ciências e Educação, São Paulo, v.9, n.9, set. 2022.

PINHEIRO; Ana Claudia Maciel, CORRÊA; Júlio César da Silva, 2016. **A orientação sexual para crianças na pré – escola: analisando a prática pedagógica das professoras da educação infantil.**

RIBEIRO, Marcos. **Conversando com seu filho sobre sexo**. São Paulo: Academia de Inteligência, 2009.

RODRIGUES; Ana Paula Kravczuk, NIELSSON; Joice Graciele, 2017. **DISPOSITIVO DA SEXUALIDADE EM MICHEL FOUCAULT: A HISTÓRIA MOLDADA PELO PODER**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/522419883/DISPOSITIVO-DA-SEXUALIDADE-EM-MICHEL-FOUCAULT-A-HISTORIA-10628-Texto-do-artigo-41637-1-10-20190412#>.

RODRIGUES; Cibele Pavani, WECHSLER; Amanda Muglia, 2014. **A sexualidade no ambiente escolar: a visão dos professores de educação infantil**. Disponível em: <https://www.unifafibe.com.br/revistasonline/arquivos/cadernodeeducacao/sumario/31/04042014074026.pdf>.

SANTOS; Ana Luiza, JACOBS; Edgar. Maioria dos brasileiros entendem que temas de diversidade devem ser abordados já na pré-escola. Jacobs Consultoria, 2021. Disponível em: <https://www.jacobsconsultoria.com.br/post/maioria-dos-brasileiros-entendem-que-temas-de-diversidade-devem-ser-abordados-j%C3%A1-na-pr%C3%A9-escola>.

SAYÃO, R. **Saber o sexo: os problemas da informação sexual e o papel da escola**. In: Aquino, J. G. (Org.). *Sexualidade na escola: alternativas teóricas e práticas*. São Paulo: Summus, 1997. p. 97-105.

SCHINDHELM; Virginia Georg, 2011. **A SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL**. Revista Aleph – ISSN 1807-6211, n. 16.

Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais - ABGLT, 2016. **PESQUISA NACIONAL SOBRE O AMBIENTE EDUCACIONAL NO BRASIL 2016**. Disponível em: <https://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>.

SILVA; Karla Firmino da. **PEDAGOGIA DA SEXUALIDADE: O PAPEL DO PROFESSOR**, 2016. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/123456789/4317/1/KFS22112016.pdf>.

SILVA; S. M. P., MOURA; J. F., MASCIA; M. A. A., 2022. **Gêneros e sexualidades: entrelaces na formação docente e nas práticas pedagógicas**. Periódico Horizontes – USF – Itatiba, SP – Brasil – e022036, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.24933/horizontes.v40i1.1478>.

STAUB; Fabiana Roberta Barreto Bonfim, GRAUPMANN; Edilene Hatschbach, 2015. **EDUCAÇÃO INFANTIL: UMA ABORDAGEM SOBRE A SEXUALIDADE**. Disponível em: https://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2015/19270_8884.pdf.